



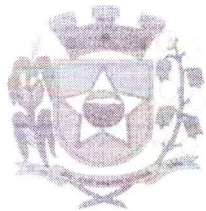
ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

2º TERMO ADITIVO INEGIXIBILIDADE DE LICITAÇÃO 02/2023 CONTRATO Nº 023/2023

OBJETO: –: O presente Termo de Credenciamento tem por objeto o fornecimento de refeições e lanches aos servidores municipais em trânsito, conforme os termos deste contrato. A CREDENCIADA deverá atender os contribuintes em estabelecimento próprio e estarem estabelecidos em alguns dos seguintes municípios: Toledo, Cascavel, Santa Helena e Marechal Cândido Rondon todos no Paraná.

EMPRESA: **S. M. SCHNEIDER**



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

SOLICITAÇÃO DE ADITIVO DE CONTRATO

DE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PARA: PREFEITO MUNICIPAL


Senhor Prefeito Municipal:

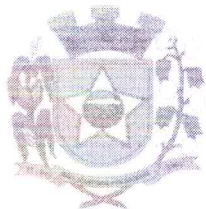
Tendo em vista a necessidade de manter a Contratação de Empresa especializada para fornecimento de refeições e lanches a os servidores municipais em trânsito, pelo período de 12 meses. Solicito a Vossa Excelência que seja feito um aditivo de prazo, prorrogando o Contrato nº 023/2023 relativos a Inexigibilidade de Licitação, por mais 12 (Doze) meses.

Ressalte-se que a contratada está prestando bons serviços, sendo que se mantiver o mesmo preço somos favoráveis à prorrogação do contrato.

No aguardo de vossa atenção.

São José das Palmeiras, 10 de Fevereiro de 2025.


LEIDISLAINE STEFANI HOFFMANN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33

DE: PREFEITO MUNICIPAL
PARA: SETOR DE LICITAÇÃO

Senhor Presidente, da Comissão:

Estou encaminhando ao setor de Licitação, para que este departamento tome as providências necessárias para efetivação a Prorrogação ao contrato nº 023/2023. Em seguida, verifique junto a contratada se tem interesse em prorrogar o contrato nas mesmas condições.

São José das Palmeiras, 10 de Fevereiro de 2025.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33

São José das Palmeiras, 10 de Fevereiro de 2025.

DE: SETOR DE CONTABILIDADE
PARA: SETOR DE COMPRAS

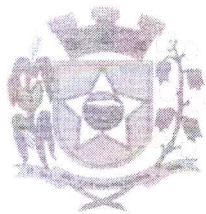
Prezado Senhor (a):

Informamos a existência de dotação orçamentária e de recursos para fazer frente à prorrogação de contrato pretendida.

Sendo o que tínhamos para o momento

Atenciosamente

Jhonni Ricardo de Castro
Contador



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

São José das Palmeiras, 11 de Fevereiro de 2025.

DE: SETOR DE LICITAÇÃO

PARA: S. M. SCHNEIDER

Prezado Senhor (a):

Estamos informando que é do interesse do Município realizar a prorrogação do contrato nº 023/2023, referente ao Inexigibilidade de Licitação (Credenciamento) 02/2023, por um prazo de 12 (doze) meses, cujo objeto é o fornecimento de refeições e lanches aos servidores municipais em trânsito. Sendo assim pedimos que esta empresa se manifeste, informando no prazo de 03 (Três) dias, se concorda em manter as mesmas condições, da época da realização da licitação. **Sendo que a resposta tem que vir em papel timbrado e assinado pelo responsável da empresa**

No aguardo de vossa manifestação, reiteramos os protestos de consideração.

Sendo o que tínhamos para o momento

Atenciosamente


Sandra Rosa de Souza
Presidente da Comissão de Licitação

S. M. SCHNEIDER

CNPJ 05.314.325/0001-62

Santa Helena - PR, 11 de fevereiro de 2025.

Ao
Município de São José das Palmeiras
A/C Setor de Licitações

Em resposta ao ofício, a empresa **S. M. SCHNEIDER**, estabelecida à Rua Paraguai, nº 1250, Centro, CEP 85.892-000, Município de Santa Helena, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 05.314.325/0001-62, neste ato representada pela titular, **Sueli Maria Schneider**, brasileira, solteira, empresária, residente e domiciliada à Rua Paraguai, nº 1250, Centro, CEP 85.892-000, Município de Santa Helena, Estado do Paraná, portadora da Cédula de Identidade RG nº 8.261.641-1 e inscrita no CPF nº 035.895.339-19, vem mui respeitosamente **MANIFESTAR** concordância com o ADITIVO do contrato nº 023/2023, referente a Inexigibilidade de Credenciamento nº 02/2023, por mais 12 (doze) meses.

Sendo o que tínhamos para o momento

Atenciosamente,

S M

SCHNEIDER:05

314325000162

Assinado de forma
digital por S M

SCHNEIDER:0531432500
0162

Dados: 2025.02.11
14:12:48 -03'00'

S. M. SCHNEIDER

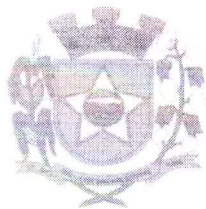
CNPJ 05.314.325/0001-62

Sueli Maria Schneider

CPF 035.895.339-19

Sueli M Schneider

Rua Paraguai, nº 1250, Centro, CEP 85.892-000
Santa Helena – Paraná



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

CONTROLE INTERNO

PARECER DE ACOMPANHAMENTO

Desencadeado tramite para emissão do Termo Aditivo de prorrogação do Contrato 023/2023, Inexigibilidade de Licitação 02/2023 (Credenciamento), cujo o fornecimento de refeições e lanches aos servidores municipais em trânsito.

A Assessoria de Controle Interno procedendo análise da documentação arrolada nota que até o presente momento apresentam-se os encaminhamentos necessários, com emissão do parecer da assessoria Jurídica do Município.

Desta forma **opinamos** pela legalidade do referido Termo aditivo consentindo que se de encaminhamento ao mesmo, de acordo com a legislação em vigor.

É o parecer,

São José das Palmeiras, 12 de Fevereiro de 2025.


Marlene Kazik Sarmiento Bassi
Assessora de Controle Interno



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33

ASSESSORIA JURÍDICA

INTERESSADA: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ASSUNTO: SOLICITA PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 023/2023

Em análise por esta Assessoria o pedido de prorrogação do contrato nº 023/2023 firmado entre o Município de São José das Palmeiras e a empresa S. M. SCHNEIDER, cujo objeto é o fornecimento de refeições e lanches aos servidores municipais em trânsito,

O Contrato teve início em 23 de Março de 2023, com prazo estipulado até 28 de Fevereiro de 2024. Sendo prorrogado para 11 (onze) meses. Sendo prorrogado para mais 12 (Doze) meses.

A legislação que norteia os contratos no Direito Administrativo, Lei nº 8.666/93, abriu a possibilidade da prorrogação em determinadas situações, independente da previsão contratual.

Assim, temos a previsão do art. 57, in verbis:

Art. 57 – A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos, orçamentários, exceto quanto aos relativos:

II – à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses.

Por isso, não há dúvida de que o serviço contratado encaixa-se no rol daqueles contemplados pela norma acima descrita.

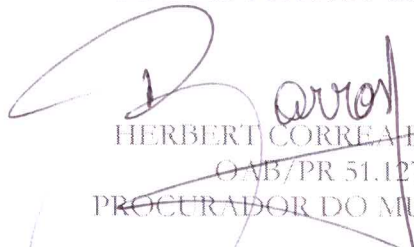
Por outro lado, a simples manutenção do preço contratado, sem reajuste, por si só se revela como condição vantajosa para a Administração.

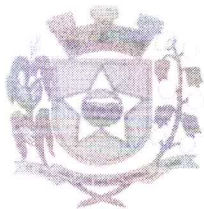
A prorrogação pleiteada não incidirá em burla ao processo licitatório, vez que estará sendo respeitado o limite da modalidade eleita.

Assim, entendemos ser possível a prorrogação do prazo para mais 12(Doze) meses.

SMJ, é o parecer.

Em 13 de Fevereiro de 2025


HERBERT CORREA BARRÓS
OAB/PR 51.127
PROCURADOR DO MUNICÍPIO



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33

GABINETE DO PREFEITO

DESPACHO

INTERESSADA: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ASSUNTO: SOLICITA PRORROGAÇÃO DE CONTRATO
CONTRATO nº 023/2023

Trata-se de pedido de prorrogação do contrato nº 023/2023 feita pela contratante.

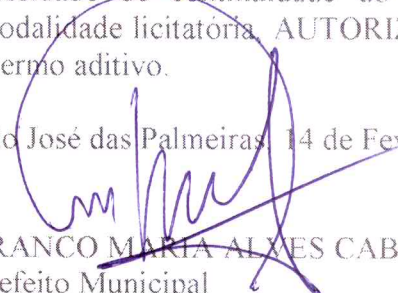
A empresa contratada informou ter interesse na prorrogação.

A Assessoria Jurídica manifestou-se favoravelmente.

O contrato em questão foi realizado com base na Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei 8.666/93), através da modalidade Inexigibilidade de Licitação. Como bem explanado pelo ilustre Advogado do Município, é possível ao ente público promover a prorrogação do contrato, com base no art. 57, II da citada norma legal.

A Lei Orçamentária previu as verbas necessárias ao programa. Assim sendo, diante da notória necessidade de continuidade do serviço, verificou-se que tal aditivo não irá suplementar o teto da modalidade licitatória. AUTORIZO a prorrogação supra, que deverá ser realizada mediante o competente termo aditivo.

São José das Palmeiras, 14 de Fevereiro de 2025.


FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33

**2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 023/2023
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 02/2023
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2023**

Pelo presente instrumento o Município de **SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Marechal Castelo Branco, 979 – centro – São José das Palmeiras/PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 77.819.605/0001-33, com sede na Rua Marechal Castelo Branco, 979 – Centro – CEP 85898-000, São José das Palmeiras/PR, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal o Sr. **FRANCO MARIA ALVES CABRAL**, brasileiro, CASADO, Contador, portador do CPF/MF nº 057.831.629-30, e da Carteira de Identidade RG nº 8.351.589-9 SSP/PR, simplesmente de CREDENCIANTE, e do lado a empresa **S. M. SCHNEIDER**, inscrito no CNPJ nº 05.314.325/0001-62, estabelecido na Rua Paraguay nº 1250 – centro – Santa Helena/PR, neste ato representado pelo Sra. Sueli Maria Schneider, empresaria, brasileira, solteira, inscrita no CPF/MF sob nº 035.895.339-19 e da Carteira de Identidade RG nº 8.261.641-1 – SSP/PR, residente e domiciliado na Rua Paraguay nº 1250 Fundos– Centro – Santa Helena/PR, doravante denominado simplesmente CREDENCIADA, acordam celebrar o presente contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CONSIDERANDO:

Que a empresa vencedora do processo licitatório, manterá as mesmas condições.

Assim sendo, celebram o Município de São José das Palmeiras e a empresa **S. M. SCHNEIDER**, o presente Termo Aditivo com a seguinte cláusula:

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA DE ENTREGA PASSA REDAÇÃO:

O presente pacto vigorará até **28/02/2026**, podendo ser prorrogado em até igual período, mediante termo aditivo e consensual se a administração achar conveniente.

Sueli



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33

As demais cláusulas do contrato originário, datado de 23 de Março de 2023, não atingidas por este termo, permanecem inalteradas.

São José das Palmeiras, 14 de Fevereiro de 2025.

FRANCO MARIA
ALVES
CABRAL:057831629
30

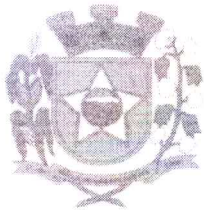
Assinado de forma digital
por FRANCO MARIA ALVES
CABRAL:05783162930
Dados: 2025.02.14 14:08:13
+03'00'

Contratante
Município de São José das Palmeiras
Franco Maria Alves Cabral
Prefeito Municipal

Contratada
S. M. SCHNEIDER
Sra. Sueli Maria Schneider- empresaria
RG nº 8.261.641-1 – SSP/PR

Sueli M Schneider

S.M. SCHNEIDER
CNPJ 05.314.325/0001-62
CCE 90286843-80



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33

2º EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO 023/2023 - SJP
INEXIGIBILIDADE 02/2023
CHAMAMENTO PÚBLICO 01/2023

Objeto: O presente Termo de Credenciamento tem por objeto o fornecimento de refeições e lanches aos servidores municipais em trânsito, conforme os termos deste contrato.

A CREDENCIADA deverá atender os contribuintes em estabelecimento próprio e estarem estabelecidos em alguns dos seguintes municípios: Toledo, Cascavel, Santa Helena e Marechal Cândido Rondon todos no Paraná.

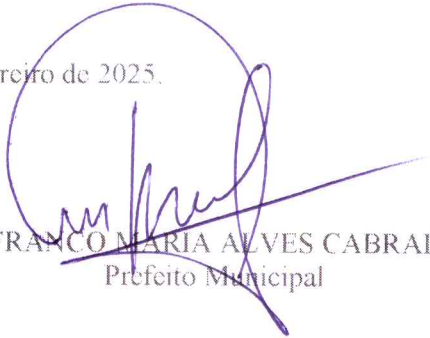
Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS.

Contratada: S. M. SCHNEIDER

Fundamento: ART. 65, II, "d" da Lei 8.666/93.

Altera a duração do contrato, constante da Clausula Quinta, que passa de 28 de Fevereiro de 2025, para 28 de Fevereiro de 2026.

São José das Palmeiras/PR, 14 de Fevereiro de 2025.



FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

JOSÉ RICARDO DA SILVA

PARECER JURÍDICO Nº 40/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 38/2024
interessado: LICITAHUB SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA

A Procuradoria Jurídica do Município de São José da Boa Vista, nos termos do artigo 98, VII, do Decreto Municipal n.º 460/2022, analisou o presente Processo Administrativo n.º 38/2024, instaurado para apuração de responsabilidade da empresa LICITAHUB SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA.

Após detida análise dos autos, verifica-se que:

- A empresa foi regularmente convocada para assinatura da Ata de Registro de Preços e não atendeu à convocação, configurando infração à Lei n.º 14.133/2021 e ao edital do Pregão Eletrônico n.º 32/2023.
- A empresa foi notificada no curso do procedimento e não apresentou Defesa Prévia, caracterizando sua revelia.
- A Comissão de Responsabilização atuou dentro das normas legais, assegurando o devido processo legal e a ampla defesa.

Dessa forma, a Procuradoria homologa o relatório final da Comissão e opina pela aplicação das penalidades propostas, conforme fundamentação contida no relatório:

- Multa de 15% sobre o valor da Ata de Registro de Preços (R\$ 457,50);
- Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal pelo período de 1 (um) ano.

Diante do exposto, remetam-se os autos à autoridade superior para decisão final e aplicação das penalidades cabíveis.

São José da Boa Vista, Estado do Paraná, 27 de fevereiro de 2025. 65º da Emancipação Política do Município.

RONNY CARVALHO DA SILVA
OAB/PR 52.687 - Mtr. 450/1
Procurador do Município

Publicado por:
Ronny Carvalho da Silva
Código Identificador:B76C8EDF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
2º EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO 012/2023
- SJP INEXIGIBILIDADE 02/2023 - CHAMAMENTO PÚBLICO 01/2023

2º EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO 012/2023
- SJP
INEXIGIBILIDADE 02/2023
CHAMAMENTO PÚBLICO 01/2023

Objeto: O presente Termo de Credenciamento tem por objeto o fornecimento de refeições e lanches aos servidores municipais em trânsito, conforme os termos deste contrato. A CREDENCIADA deverá atender os contribuintes em estabelecimento próprio e estarem estabelecidos em alguns dos seguintes municípios: Toledo, Cascavel, Santa Helena e Marechal Cândido Rondon todos no Paraná.
Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS.
Contratada: FILEZAO JARDIM LTDA

Fundamento: ART. 65, II, 'd' da Lei 8.666/93.
Altera a Clausula Terceira do valor conforme Anexo abaixo.

DESCRIÇÃO DO PRODUTO	PASSA O VALOR DE:	PARA O VALOR:
Refeição servida em forma de "buffet" livre, devendo ser composta por no mínimo os seguintes ingredientes: prato básico – arroz e feijão, dois tipos de guarnições e/ou acompanhamentos (podendo variar entre legumes ou tubérculos cozidos e/ou refogados ou macarrão, polenta ou lasanha ou outras massas ou purê ou farofa, etc.), dois tipos de carnes (devendo variar entre as formas de preparo e os tipos bovina e/ou suína e/ou frango e/ou peixe), três tipos de saladas (variando entre os tipos, podendo ser simples ou composta, de legumes, verduras e/ou frutas). No valor de cada Refeição deverá estar incluído, a escolha do servidor, 01 (um) refrigerante (350 ml) de primeira linha, ou 01 (uma) água mineral (500 ml), ou 01 (um) suco natural (350 ml).	43,27	46,19

Altera a duração do contrato, constante da Clausula Quinta, que passa de 28 de Fevereiro de 2025, para 28 de Fevereiro de 2026.

São José das Palmeiras/PR, 14 de Fevereiro de 2025.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabela Aparecida Arboleya
Código Identificador:CDC37E43

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
2º EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO 023/2023
- SJP INEXIGIBILIDADE 02/2023 - CHAMAMENTO PÚBLICO 01/2023

2º EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO 023/2023
- SJP
INEXIGIBILIDADE 02/2023
CHAMAMENTO PÚBLICO 01/2023

Objeto: O presente Termo de Credenciamento tem por objeto o fornecimento de refeições e lanches aos servidores municipais em trânsito, conforme os termos deste contrato. A CREDENCIADA deverá atender os contribuintes em estabelecimento próprio e estarem estabelecidos em alguns dos seguintes municípios: Toledo, Cascavel, Santa Helena e Marechal Cândido Rondon todos no Paraná.
Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS.
Contratada: S. M. SCHNEIDER
Fundamento: ART. 65, II, 'd' da Lei 8.666/93.
Altera a duração do contrato, constante da Clausula Quinta, que passa de 28 de Fevereiro de 2025, para 28 de Fevereiro de 2026.

São José das Palmeiras/PR, 14 de Fevereiro de 2025.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabela Aparecida Arboleya
Código Identificador:A9600744

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 080/2025 - CONCEDE PAGAMENTO DE DIÁRIA AO SERVIDOR JONATHA MARQUES DO NASCIMENTO

PORTARIA Nº 080 de 27 de fevereiro de 2025

O Prefeito Municipal de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal Nº 532 de 20 de agosto de 2013 e Lei Municipal Nº 687/2022 de 30 de agosto de 2022,

RESOLVE:

CONCEDER, pagamento de diária ao Servidor abaixo relacionado:

Nome: JONATHA MARQUES DO NASCIMENTO	
Cargo: Motorista	
CPF: 063.XXX.XX9-46	RG: 9.XXX.XX0-5
Destino: São José das Palmeiras/PR a Guarapuava/PR.	



MUNICIPIO DE SANTA HELENA
ESTADO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS 2554/2025

Contribuinte

Nome/Razão: 104540 - S. M. SCHNEIDER

CNPJ/CPF: 05.314.325/0001-62

Endereço: RUA PARAGUAI, 1250

Complemento:

Bairro: CENTRO

Cidade: SANTA HELENA

CEP: 85.892-000

Estado: PARANÁ

Finalidade

PARA OS FINS PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO

Certifico, para os devidos fins, que INEXISTEM DÉBITOS referentes a Tributos Municipais, inscritos ou não em Dívida Ativa, em nome do contribuinte acima citado, até a presente data.

Reserva-se o direito da Fazenda Municipal cobrar dívidas posteriormente apuradas mesmo as referentes a períodos compreendidos nesta CERTIDÃO.

A aceitação da presente certidão está condicionada à verificação de sua validade no Portal do Cidadão no endereço eletrônico , ou no setor tributário da Prefeitura Municipal.

Observação: Esta Certidão é válida somente para o contribuinte acima citado.

Válida por 30 dias a partir da data de emissão.

SANTA HELENA - PR, 11 de fevereiro de 2025



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 036030021-41

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **05.314.325/0001-62**

Nome: **S M SCHNEIDER**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 12/06/2025 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet

www.fazenda.pr.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: S. M. SCHNEIDER
CNPJ: 05.314.325/0001-62

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

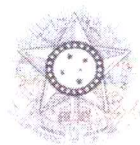
Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 01:49:02 do dia 05/02/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 04/08/2025.

Código de controle da certidão: **77D3.C5C0.4B29.6657**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: S. M. SCHNEIDER (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 05.314.325/0001-62

Certidão nº: 8186601/2025

Expedição: 12/02/2025, às 14:28:23

Validade: 11/03/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **S. M. SCHNEIDER (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **05.314.325/0001-62**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 05.314.325/0001-62
Razão Social: S M SCHNEIDER ME
Endereço: RUA PARAGUAI 1250 / CENTRO / SANTA HELENA / PR / 85892-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 26/01/2025 a 24/02/2025

Certificação Número: 2025012602021204293503

Informação obtida em 12/02/2025 14:27:40

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br